

2005/05/14

FINALMENTE A REFORMA DO ESM EM PORTUGAL

João Vieira Borges

“Assistimos ao longo dos anos, a oficiais preparados para uma guerra convencional, que foram empenhados na guerra colonial e, por outro lado, a oficiais preparados para a guerra colonial, que foram empenhados na consolidação da democracia em Portugal e em operações de paz e humanitárias, mas sempre com um ponto em comum: grande eficácia e eficiência. A razão fundamental do sucesso terá estado provavelmente na sua boa preparação de base, mas também numa formação contínua ao longo da carreira, que não tem estado longe da excelência, com os necessários e adequados reajustamentos de programas e currículos, apesar de nem sempre integrados e coordenados entre os Ramos”.

Apesar disso, e devido à alteração de vários factores influenciadores (internos e externos), temos defendido, ao longo dos últimos anos, a necessidade de uma reforma estrutural do Ensino Superior Militar, quer em privado, quer em artigos e conferências, acções desencadeadas em parceria com as intenções manifestadas pelos sucessivos governos nos respectivos programas de governo.

Participámos inclusivamente numa recente iniciativa da Revista Militar, que sob a direcção do General Espírito Santo, vai editar no início de Junho de 2005 um número especial subordinado exclusivamente ao tema do Ensino Superior Militar, com o objectivo fundamental de difundir várias opiniões, mais ou menos institucionais, e oriundas de oficiais dos três Ramos das Forças Armadas, para facilitar a tomada de decisão. Missão Nobre a que tivemos a honra de estar associados e em que tivemos o privilégio de trabalhar com camaradas dos vários Ramos e da GNR, com formações diversificadas, mas sempre com um mesmo sentido: Formar melhores Oficiais de Portugal.

A boa notícia que nos impele à escrita neste “jornaldefesa”, diz respeito ao Despacho nº 85/MDN/2005, de 2 de Maio de 2005, na sequência do disposto no programa do XVII Governo Constitucional, quando a determinada altura inclui a “reforma do ESM” como uma das suas oito prioridades para a modernização das Forças Armadas Portuguesas, onde ainda contempla: a consolidação e sustentabilidade da profissionalização das Forças Armadas; a modernização dos equipamentos e requalificação das infra-estruturas; a sustentação orçamental; o desenvolvimento do sector empresarial na área da Defesa; a reforma dos diplomas legais da Defesa Nacional e das Forças Armadas; a reforma do modelo de organização da Defesa e das Forças Armadas (criação dum Estado-Maior da Defesa); e a reforma do sistema de Saúde Militar.

De acordo com o referido Despacho, é criado um Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar (CCESM - tendo como Presidente o TGEN Garcia Leandro), a funcionar na dependência do MDN para, entre outras atribuições, apresentar até 31 de Maio de 2005, um parecer com propostas fundamentadas para a criação do Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas (e conseqüente extinção dos três anteriores Institutos; IAEM, ISNG, IAEFA), por forma a garantir o início do funcionamento deste novo Instituto no ano lectivo 2005/6. Os novos planos curriculares, prevendo uma estrutura comum para os cursos ministrados no novo Instituto, terão de ser apresentados pelo mesmo Conselho (que inclui os Comandantes e Directores dos EMES dos três Ramos e o Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar) até ao próximo dia 15 de Julho.

O referido diploma, tal como se verificou recentemente em Espanha, é curto, bastante objectivo e, sobretudo, claramente operacionalizável a curto prazo, não dando muito tempo a discussões, que normalmente atrasam estes processos, por vezes em detrimento do próprio interesse nacional.

Tal como temos defendido e escrito, a criação dum único Instituto constituirá, à semelhança do que se tem passado na maioria dos países europeus, “uma maneira de iniciar uma reforma mais vasta, com um exemplo simples de formação conjunta dos quadros superiores das FA, que tem à partida as seguintes vantagens para as FA (e eventualmente para a GNR) e para o País:

- Unidade de doutrina;
- Racionalidade de recursos humanos, materiais e financeiros;
- Melhor conhecimento e relacionamento entre as chefias militares;
- Maior independência das FA no que concerne à formação contínua dos seus quadros (dependendo da estrutura orgânica);

- Maior autonomia em termos administrativos, pedagógicos e de pareceres e estudos de carácter técnico-militar em apoio das FA (e eventualmente da GNR);

Achamos por bem deixar quatro “sugestões” (que aliás desenvolvemos pormenorizadamente num dos dois artigos que escrevemos para a Revista Militar, intitulado “Subsídios para a Reforma do ESM em Portugal”), ainda a tempo de alguma reflexão por parte do próprio Conselho:

- A designação do novo Instituto deveria ir ao encontro da sua missão e do inevitável alargamento dos conceitos de Segurança e Defesa (na próxima Lei de Defesa...), de modo a abranger a GNR (devido ao número elevado de quadros que continuará a formar e à importância em preservar a continuidade da sua componente militar...); daí a nossa proposta de “Instituto Militar de Altos Estudos”;

- O diploma deverá cuidar da manutenção da necessária especificidade dos Ramos em termos dos planos dos cursos e da tradicional função como importante órgão de estudos do respectivo Chefe de Estado-maior ou Comandante Geral da GNR (mais do que dos lugares rotativos deste ou daquele Ramo/GNR);

- O novo Instituto deverá manter a autonomia, relativamente a Ministérios e a Instituições que não o MDN ou as Chefias Militares (ficará idealmente com um director nomeado entre os Almirantes ou Generais das FA e exercendo o cargo em regime de rotação pelos Ramos), podendo, com o seu prestígio (e acervo histórico), e com a elevada qualidade dos seus quadros, apoiar as actividades a desenvolver na futura estrutura universitária militar única; não necessita, deste modo, de ser responsável por conferir cursos de pós-graduação (só em parceria e para os “melhores voluntários”), que em certa medida alterariam (perigosamente) planos curriculares orientados para o desempenho de funções específicas (Comando, Estado-Maior...);

- O novo Instituto deverá ficar responsável pela criação de doutrina para as FA/GNR, e incluir para tal, na sua estrutura orgânica, um Centro de Doutrina Militar[1] e de um Centro de Operações Conjuntas e Combinadas.

Reformar o ESM em Portugal implica coragem política, mas também vontade e empenhamento por parte das FA e da GNR, no sentido de melhorarem a eficiência com que são formados os seus oficiais.

Independentemente das opiniões que cada um de nós tenha sobre esta Reforma, (finalmente em curso), interessa sobretudo apoiar os actuais responsáveis com propostas concretas, creíveis e, sobretudo, que respeitem a especificidade, salvaguardem os princípios e valores da instituição militar, e consubstanciem a memória colectiva e o prestígio de instituições indissociáveis da História de Portugal.

[1] Já desde a Escola Central de Oficiais (1911), que cabe aos Institutos de Altos Estudos Militares, a tarefa (explícita ou implícita) da uniformização da doutrina militar.

19 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/05/20

CONTEÚDOS DE E-LEARNING DA NATO/PfP USADOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL

Manuel Borges Gonçalves[1]

2009/06/08

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Vieira Borges[1]

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/03/20

MULHERES NA INFANTARIA

João Brandão Ferreira

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhos

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2006/01/04

A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR; O PROCESSO DE BOLONHA E A UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

João Brandão Ferreira

2005/09/24

A CRIAÇÃO DO “INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES”

João Vieira Borges

2005/06/29

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO IAEFFAA

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/23

A UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL DOS EUA

João Vieira Borges

2004/12/14

PROCESSO DE BOLONHA: PENSAR HOJE UM FUTURO MELHOR

João Vieira Borges

2004/01/30

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO NOS EUA – O CASO DE WEST POINT

João Vieira Borges

2004/01/29

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO EM FRANÇA: O EXEMPLO DE SAINT-CYR

João Vieira Borges

2003/12/06

A ESPECIFICIDADE MILITAR NOS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO UNIVERSITÁRIO

João Vieira Borges

2003/06/12

O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR (CINAMIL)

João Vieira Borges